

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA – DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2020

Processo: 23475.0006311/2020-08

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Fornecedor:	<i>Cooperativa de Agricultores familiares de Joró Trinta</i>
CNPJ:	<i>07.591970/0001-58.</i>

1º CREDENCIAMENTO

PREENCHER CARTA DE CREDENCIAMENTO

- Necessário a Carteira de Identidade e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante os procedimentos relativos a dispensa de licitação.
- Considera-se como representante do proponente qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.
- Os documentos exigidos nesta dispensa de licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão, ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- Poderão ser autenticadas as cópias pela administração antes do horário marcado para abertura da sessão pública ou no momento da abertura dos envelopes, mediante apresentação da original.

ENVELOPES

- Cada participante deverá apresentar **1 envelope** contendo os documentos de **habilitação** e **1 envelope com Projeto de Venda**.
- O envelope poderá ser entregue à Comissão por qualquer pessoa, desde que apresente seu documento de identidade, para a qual será emitido o respectivo **recibo**.
- O conjunto de documentos deverá ser entregue em envelopes fechados e lacrados, identificado com o nome do participante e contendo em suas partes externas e frontais os seguintes dizeres:

ENVELOPE 1: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

IFC CAMPUS LUZERNA

CHAMADA PÚBLICA nº 06/2020

FORNECEDOR <Fornecedor Individual: Nome e CPF; Grupo Informal: nome de um dos agricultores e CPF; Grupo Formal: Nome do grupo e CNPJ>

ENVELOPE 2: PROJETO DE VENDA

CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2020 - IFC CAMPUS LUZERNA

FORNECEDOR <Fornecedor Individual: Nome e CPF; Grupo Informal: nome de um dos agricultores e CPF; Grupo Formal: Nome do grupo e CNPJ>

ABERTURA DOS ENVELOPES

- Após assinatura nos envelopes pelos membros da Comissão e pelos proponentes, proceder-se-á a abertura desses, quando então a documentação de habilitação será analisada, conforme item próprio do edital.
- As documentações dos envelopes também deverão ser rubricadas pelos membros da Comissão e pelos proponentes e representantes presentes.

c) Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a se reunir, informando os interessados.

d) Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e proponentes presentes.

ENVELOPE 1 **DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

a) Cada documento deverá ser apresentado em uma via, podendo ser o original, cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão, no momento da abertura dos envelopes, mediante apresentação da original.

Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo:	SIM	NÃO
Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;		
Extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;		
Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante, conforme anexo II do Edital;		
Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;		
Declaração de Origem do Produto; Anexo III		

Grupos Informais de Agricultores Familiares, detentores de DAP Física, organizados em grupo:	SIM	NÃO
Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;		
Extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;		
Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes, conforme anexo II do Edital;		
Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;		
Declaração de Origem do Produto; Anexo III		

Grupos Formais detentores de DAP Jurídica	SIM	NÃO
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica - CNPJ;	X	
Extrato da DAP jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;	X	
Certidão de regularidade com a <u>Fazenda Federal</u> (Dívida com a <u>União</u> e Receita Federal), <u>Estadual</u> e <u>Municipal</u> , de acordo com o disposto no inciso III, do art. 29, da Lei nº 8.666/93, dentro do prazo de validade;	X	
Certidão de Regularidade do <u>FGTS</u> , expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a", do art. 27, da Lei nº 8.036/1990, devidamente atualizado;	X	
Certidão Negativa de Débito – CND ou Positiva com Efeito de Negativa relativa às contribuições sociais, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (Lei nº 8.212/1991), devidamente atualizada	X	
Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão	X	

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

competente;		
Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, conforme anexo II do edital;	X	
Declaração de Origem do Produto; Anexo III	X	
Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do <u>limite individual</u> de venda de seus cooperados/associados; Anexo IV	X	
A prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.		
Não será considerado inabilitado o grupo formal que deixar de apresentar no envelope a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, desde que a Comissão logre êxito em comprovar tais regularidades por meio de consulta on line na Internet, procedimento a ser realizado, se necessário, logo após a abertura do(s) envelope(s).	OK	
Além dos documentos solicitados, quando se tratar de produtos de origem animal e ou vegetal , deverão ser incluídos neste envelope os seguintes documentos: a) Documento que comprove o Serviço de Inspeção Sanitária , podendo ser Municipal, Estadual ou Federal de acordo com cada produto.	OK.	

Os participantes deverão apresentar a consulta dos seguintes cadastros:	
Banco de Dados	Disponível em
Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) OK	< http://www.receita.fazenda.gov.br >
Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) OK	< http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam >
Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU) OK	< http://contas.tcu.gov.br/pls/apex/f?p=2046:5 >
Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) <i>apresentar CND</i>	< https://www3.comprasnet.gov.br/SICAFWeb/public/pages/security/loginUasg.jsf >
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) OK	< http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php >
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) OK	http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc

**** Preencher Termo de Renúncia, quando for o caso.**

Handwritten signatures and initials:




ENVELOPE 2
PROJETO DE VENDA

a) O Projeto de Venda deverá estar em conformidade com esta chamada pública e ser entregue, conforme Anexo II deste edital, de forma legível em uma via, sem emendas ou rasuras, contendo preço(s) unitário(s) e total(is) propostos em moeda corrente do país, identificado com o nome do participante.

	SIM	NÃO
Identificação do número da chamada pública;	X	
Nome do Agricultor individual;	_____	
Nome dos proponentes dos grupos formais e/ou informais;	X	
Nome da entidade articuladora do grupo informal, quando for o caso;	_____	
Relação de fornecedores e produtos (produto, unidade, quantidade, preço e valor total);	X	
Descrição dos mecanismos de acompanhamento das entregas dos produtos;	X	
Característica do fornecedor proponente e assinatura.	X	

RESULTADO

a) A Comissão de Avaliação divulgará o resultado do processo em até quarenta e oito horas após a conclusão de todos os trabalhos desta chamada pública.









VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

789.475

DATA DE
EXPEDIÇÃO

30/NOV/2010

NOME

IRACEMA CORRÊA SONÁLIO

FILIAÇÃO

JULIO CORRÊA

AURORA CASTA CORRÊA

NATURALIDADE

ARROIO TRINTA SC

DATA DE NASCIMENTO

30/11/1980

DOC. ORIGEM

CERT. CAS. 94 LV B-03 FL 166

CART. MELLO-ARROIO TRINTA SC

CPF

020.140.229-76

Murilo de Souza
Murilo de Souza

Diretor do Instituto de Identificação IGP/SC

FLORIANÓPOLIS - SC

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GREG & SONS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



Gracema L. Samelio

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

HOMAS GREG & FONS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1554638755

NOME
AGOSTINHO SONALIO



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR/UF
584138 SSP SC

CPF DATA NASCIMENTO
423.323.899-20 19/10/1957

FILIAÇÃO
ARQUILE SONALIO
AURORA COMIN SONALIO

PERMISSÃO ACC CAT HAB
 AC

Nº REGISTRO
02572243630

VALIDADE
29/11/2022

1ª HABILITAÇÃO
29/03/1976

OBSERVAÇÕES



Agostinho Sonalio

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO ASSINATURA DO PORTADOR



LOCAL
VIDEIRA, SC

DATA DE EMISSÃO
13/12/2017

Vanderlei O. Rosso
Diretor do DETRAN/SC
ASSINATURA DO EMISSOR

12010327196
SC130529818

PROIBIDO PLASTIFICAR
1554638755

SANTA CATARINA





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
07.591.970/0001-58
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
31/08/2005

NOME EMPRESARIAL
COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO TRINTA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
COOPERTRINTA

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

10.31-7-00 - Fabricação de conservas de frutas
10.33-3-02 - Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados
10.91-1-01 - Fabricação de produtos de panificação industrial
10.92-9-00 - Fabricação de biscoitos e bolachas
10.94-5-00 - Fabricação de massas alimentícias
10.95-3-00 - Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos
46.23-1-08 - Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada
46.33-8-01 - Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos
46.33-8-02 - Comércio atacadista de aves vivas e ovos
47.22-9-01 - Comércio varejista de carnes - açougues
47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas
47.24-5-00 - Comércio varejista de hortifrutigranjeiros
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
214-3 - Cooperativa

LOGRADOURO
R DO COMERCIO

NÚMERO
476

COMPLEMENTO

CEP
89.590-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
ARROIO TRINTA

UF
SC

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE
(49) 3535-0333

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
31/08/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 07/07/2020 às 10:10:34 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO TRINTA
CNPJ: 07.591.970/0001-58

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:25:07 do dia 03/07/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/12/2020.

Código de controle da certidão: **48EA.5D82.3299.C048**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO TRINTA
CNPJ/CPF: 07.591.970/0001-58

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	200140076767186
Data de emissão:	27/06/2020 08:33:29
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	<u>26/08/2020</u>

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 03/07/2020 10:32:47

Município de Arroio Trinta



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

NÚMERO CERTIDÃO:	DATA DA EMISSÃO:	DATA DA VALIDADE:	DATA DE INÍCIO:	DATA DA BAIXA:	FINALIDADE:
386/2020	16/06/2020	<u>15/08/2020</u>	25/07/2007		Diversos

NOME/RAZÃO SOCIAL:	CPF/CNPJ:
COÓPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO TRINTA	07.591.970/0001-58

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	CNAE PRINCIPAL:
30165	4729699 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente

ENDEREÇO/LOCALIZAÇÃO:
Logradouro: DO COMERCIO, 476 Bairro: CENTRO Complemento: SALA 01 CEP: 89590-000

AVISO:
Não constam Débitos em Aberto

DESCRIÇÃO:
Ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa acima identificada que vierem a ser apuradas, mesmo que compreendidas no período desta certidão, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas à tributos administrados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA.

CÓDIGO DE CONTROLE DA CERTIDÃO

C200386N8348D27

A autenticidade desta poderá ser confirmada na página da Município de Arroio Trinta
<http://www.arroiotrinta.sc.gov.br>

Município de Arroio Trinta

R. XV de Novembro, 26

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 07.591.970/0001-58 ✖
Razão Social: COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO TRINTA
Endereço: RUA DO COMERCIO 476 / CENTRO / ARROIO TRINTA / SC / 89590-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/03/2020 a 19/07/2020

Certificação Número: 2020032201561303271506

Informação obtida em 03/07/2020 10:31:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.591.970/0001-58

Razão Social: COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO TRINTA

Endereço: RUA DO COMERCIO 476 / CENTRO / ARROIO TRINTA / SC / 89590-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/07/2020 a 07/08/2020

Certificação Número: 2020070903370895384837

Informação obtida em 20/07/2020 09:37:29

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Extrato de DAP Pessoa Jurídica

Chave do extrato: 2020431
Emitido em: 17/07/2020 às 10:57:30
Validade(*): 17/07/2022

DAP: SDW0759197000011707201049 Versão DAP: 3.2 Emissão: 17/07/2020

Informações da Pessoa Jurídica

CNPJ: 07.591.970/0001-58

Razão Social: COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO TRINTA - COOPERTRINTA

Tipo Pessoa Jurídica: Cooperativa singular da AF

Município/UF: Arroio Trinta/SC

Representante Legal: IRACEMA CORREA SONÁLIO

Data Constituição: 19/11/2004

CPF: 020.140.229-76

Informações da DAP

Emissor: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL DE SANTA CATARINA

CNPJ: 83.052.191/0001-62

Agente Emissor: Valcir Antonio Biava

CPF: 789.298.659-68

Local de Emissão: Arroio Trinta/SC

Composição Societária

Categoria(s) de Agricultores Familiares	Quantidade	Participação Relativa %
Demais agricultores familiares	58	92,06
Extrativista	1	1,59

Quantidade de DAPs por Município/UF

Município/UF	Quantidade
Arroio Trinta	41
Cunha Porã	1
Fraiburgo	3
Iomerê	1
Macieira	3
Massaranduba	1
Pinheiro Preto	2
Salto Veloso	6
Treze Tílias	1

Resultado Composição Societária

Número de titulares com DAP Reconhecidos pelo MAPA	59	93,65
Associados sem DAP	4	6,35
Total dos Associados	63	100%

(*) Esta data de validade da DAP está condicionada a manutenção do número e estrutura do corpo social.

A autenticidade e veracidade deste documento poderá ser comprovada por meio do endereço: <http://dap.mda.gov.br> (<http://dap.mda.gov.br/>)



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Lista de Associados com DAP

Chave do extrato: 11082859

Emitido em: 05/06/2020 às 15:01:4

DAP: SDW0759197000010711190918

Versão DAP: 3.2 Emissão: 07/11/2019

Validade(*): 07/11/2021

CNPJ: 07.591.970/0001-58

Razão Social: COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO TRINTA -
 COOPERTRINTA

Categoria: Demais agricultores familiares

CPF	Nome	Numero DAP	Município	UF	Validade	Enquadramento
543.406.529-53	AGOSTINHO LAZARI	SDW0543406529532507190533	Arroio Trinta X	SC	25/07/2021	V
423.323.899-20	AGOSTINHO SONALIO	SDW0020140229761708180334	Arroio Trinta X	SC	17/02/2021	V
074.231.269-00	ALISSON AUGUSTO LAZARI	SDW0074231269001408190155	Arroio Trinta X	SC	14/08/2021	V
477.713.649-34	ALTAMIR ANTONIO CASAGRANDE	SDW0477713649340711180155	Fraiburgo	SC	07/05/2021	V
347.475.679-68	ARCELI BAUERMANN	SDW0347475679680110180220	Canha Preta	SC	01/04/2021	V
194.730.019-91	AUZILIO DOMENECH	SDW0194730019912611181139	Fraiburgo	SC	26/05/2021	V
025.834.519-52	CARMEM DE LURDES FAVARIN PEROVANO	SDW0025834519520802191107	Macieira	SC	08/02/2021	V
543.405.279-04	CARMEN MAGRO MOZENA	SDW0543405279041505181005	Arroio Trinta X	SC	15/11/2020	V
219.838.529-53	CANTE WILMAR DE BORTOLI	SDW0219838529530511180242	Arroio Trinta X	SC	05/11/2021	V
356.045.459-34	DARCI VIAN	SDW0356045459341101191136	Pinheiro Preto	SC	11/01/2021	V
073.607.759-65	DAVID GIACOMIN	SDW0073607759651303200847	Salto Veloso	SC	13/03/2022	V
069.626.789-87	DOUGLAS BRIDI	SDW0069626789871203190424	Arroio Trinta X	SC	12/03/2021	V
854.023.469-68	EDITE ANA BORGIA ZANATTO	SDW0460967449151211180955	Treze Tilias	SC	12/05/2021	V
916.013.479-87	ELIANA TEREZINHA VIGOLO CIVIDINI	SDW0582039589150611190310	Arroio Trinta X	SC	06/11/2021	V
040.249.719-80	ELIANE APARECIDA CANONICA MIOTELLI	SDW0040249719100411190415	Arroio Trinta X	SC	04/11/2021	V
048.937.649-60	ELIZABET CIVIDINI LAZZARE	SDW0733253019491909190213	Arroio Trinta X	SC	19/09/2021	V
024.041.869-73	ELZA CONTE DA SOLER	SDW0769301119040110180518	Arroio Trinta X	SC	01/04/2021	V
005.450.299-37	FERNANDO MACARI	SDW0005450299372509180910	Salto Veloso	SC	25/03/2021	V
035.006.529-21	FERNANDO MAGRO	SDW0035006529211810190919	Arroio Trinta X	SC	18/10/2021	V
020.140.229-76	IRACEMA CORREA SONALIO	SDW0020140229761708180334	Arroio Trinta X	SC	17/02/2021	V
916.076.559-34	IRIA ROMANA GIACOMIN DE BORTOLI	SDW0216036629530511190242	Arroio Trinta X	SC	05/11/2021	V
945.604.109-25	IVANILDA MARIA BRAMBILA	SDW014125210753009191116	Arroio Trinta X	SC	30/09/2021	V
065.890.139-04	IVO BIAVA	SDW0065890139040603201059	Arroio Trinta X	SC	06/03/2022	V
027.581.049-62	IVONETE APARECIDA BRAMBILA ZAGO	SDW077658121901406190212	Arroio Trinta X	SC	14/06/2021	V
845.600.619-04	IVONETE NESI NAVA	SDW0220621149151212190145	Arroio Trinta X	SC	12/12/2021	B
733.056.939-91	JAQUELINE APARECIDA LEGNANI FAVARIN	SDW0613139479203007190817	Arroio Trinta X	SC	30/07/2021	V
500.367.839-00	JUCEMARA PADILHA SONEGO	SDW0025211369133010190147	Arroio Trinta X	SC	30/10/2021	V
009.434.349-71	JULIO CEZAR VIAN	SDW0009434349711806180435	Pinheiro Preto	SC	18/12/2020	V
863.969.819-49	LAERCIO RECK	SDW0863969819490906180246	Salto Veloso	SC	09/02/2021	B
029.963.769-71	LIBERA LAZZARI SANGALETTI	SDW02996376979071007191124	Arroio Trinta X	SC	10/07/2021	V
220.621.659-00	LUIZ AUGUSTO BIAVA	SDW0220621659001007190526	Arroio Trinta X	SC	10/07/2021	V
003.559.239-71	LUIZ POSSENTI	SDW0003559239710402190318	Arroio Trinta X	SC	04/02/2021	B
025.211.369-13	MARCOS SONEGO	SDW0025211369133010190147	Arroio Trinta X	SC	30/10/2021	V
898.499.229-15	MARGARIDA RIBEIRO DE LIMA MOREIRA BRANCO	SDW08984992291402203259	Arroio Trinta X	SC	14/02/2022	V
715.610.139-00	MARI ALEXANDRINA SERGHELLI NAVA	SDW0710610139000312180316	Arroio Trinta X	SC	03/06/2021	V
732.724.939-72	MARIA SCHEUER MIOTELLI	SDW0732724939721105180314	Arroio Trinta X	SC	14/11/2020	V
021.277.019-50	MARIA NEOLPATO TASCA	SDW022127749021402200250	Arroio Trinta X	SC	14/02/2022	V
863.970.959-91	MARISTELA DE BORTOLI LAZZARI	SDW086397095991495320181152	Salto Veloso	SC	20/03/2021	V
020.322.399-36	MARLENE SAPTOREL BORGIA	SDW020322399360308190192	Arroio Trinta X	SC	03/02/2021	V
006.307.799-02	MARTA FERNANDA MENSEM SANGALETTI	SDW00630779902030180302	Arroio Trinta X	SC	18/12/2020	V
061.444.999-54	MATHEUS FAVARIN	SDW0061444999540307190324	Arroio Trinta X	SC	30/07/2021	V

987.597.799-24	MILDE LOCATELLI LIDANI	SDW0075525305440306190239	Arroio Trinta	SC	03/06/2021	V
437.637.829-15	MOISÉS LAZARI	SDW0437637829151510190549	Arroio Trinta	SC	15/10/2021	V
789.541.009-10	NEIVA APARECIDA ZIMMEMANN BIAVA	SDW0579611079912906180455	Salto Veloso	SC	29/11/2020	V
486.350.739-91	NELSON CONTE	SDW0486350739913008191055	Salto Veloso	SC	30/08/2021	V
557.654.679-20	OSNI JOÃO MAREZANI	SDW0557654679202707180252	Massaranduba	SC	27/01/2021	V
868.605.509-53	PRECILDE SERIGHELLI BIAVA	SDW0868605509531007190526	Arroio Trinta	SC	10/07/2021	V
985.995.859-91	PRIMINA BOSA DE BORTOLI	SDW00985995859910912190512	Arroio Trinta	SC	09/12/2021	V
070.017.529-67	RAFAELA LOCATELLI DE BORTOLI	SDW0070017529670711190835	Arroio Trinta	SC	07/11/2021	V
864.060.929-68	ROBERTO CORRENT	SDW0864060929681007191120	Iomerê	SC	10/07/2021	V
016.460.789-66	ROSANGELA MARIA CREPALDI CORREA	SDW0733059289720508191121	Arroio Trinta	SC	05/08/2021	V
015.578.569-90	SALETE DE BORTOLI GIACOMIN	SDW0015578569902609180917	Arroio Trinta	SC	26/03/2021	B
077.382.729-37	SILNARA ROSSI	SDW0077382729372503190647	* Macieira	SC	25/03/2021	V
951.505.109-63	TEREZINHA SERIGHELLI BELEGANTE	SDW019515051096342308190409	Arroio Trinta	SC	23/08/2021	V
854.019.199-72	TEREZINHA TERCI SONEGO	SDW0075525139340611190228	Arroio Trinta	SC	06/11/2021	V
949.644.329-04	VANDERLEI ANSILIEIRO	SDW0949644329041007190220	Arroio Trinta	SC	10/07/2021	B

Total Categoria: 56

Categoria: Extrativista

CPF	Nome	Numero DAP	Município	UF	Validade	Enquadramen
054.532.429-73	ÉBERTON CASAGRANDE	SDW0054532429730602190921	Fraiburgo	SC	06/02/2021	V

Total Categoria: 1

Total sócios: 57

(*) Esta data de validade da DAP está condicionada a manutenção do número e estrutura do corpo social.
A autenticidade e veracidade deste documento poderá ser comprovada por meio do endereço: <http://dap.mda.gov.br> (<http://dap.mda.gov.br/>)

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Matrícula da sede ou da filial
quando a sede for em outra UF

42400020712

CODIGO DA
NATUREZA
JURIDICA

214-3

Nº DE MATRÍCULA DO AGENTE
AUXILIAR DO COMÉRCIO

Nº DO PROTOCOLO (Uso do órgão de registro
JUCESC) JUCESC - UNIDADE
DESCONCENTRADA DE VIDEIRA

19/545506-1



1 - REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL

REQUERIMENTO UNIVERSAL
Requerimento: 93900000476484

NOME: COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO TRINTA

Requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS COD. ATO COD. EVENTO QTD

0

1007

007

1

219

1

DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

ELEICAO/DESTITUICAO DE DIRETORES

21 OUT. 2019

ARROIO TRINTA

11/10/2019

Representante Legal da Empresa /Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: IRACEMA CORRÊA SONÁLIO

Assinatura: *Iracema Correa Sonálio*

Telefone de contato: 4935351148

Email: contabuspriego@gmail.com

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

Nome(s) Empresarial(is): qual(is) ou se não há:

☐ SIM

☐ SIM

DECISÃO COLEGIADA

Processo em ordem.

A decisão.

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

24/10/19

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

DECISÃO COLEGIADA

Data

Responsável

Processo em ordem.

(Vide despacho anterior a seguir)

Processo indefido. Publicação de

Processo indefido

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da

Junta

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Cartão de Matrícula nº 42400020712

Ata de Assembleia Geral Extraordinária nº 007/2019

Nº de Matrícula da Empresa: 42400020712 - COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO TRINTA

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Fátima - Florianópolis/SC

CNPJ nº 12.522.192/0001-00

Inscrição Estadual nº 12.522.192/0001-00

Inscrição Municipal nº 12.522.192/0001-00

03/12/2019



802

802

ATA Nº 002/2019

ATA DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO TRINTA-COOPERTRINTA, CNPJ Nº 07.591.970/0001-58 E NIRE Nº42400020712 EM 14/11/2006, COM SEDE NA RUA DO COMÉRCIO- 476-CENTRO, MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, SANTA CATARINA, CEP 89590-000. PARA TROCA DE CARGOS ENTRE OS MEMBROS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO.

Aos vinte dias do mês de Setembro de dois mil e dezenove, na Câmara Municipal de Vereadores de Arroio Trinta, às quinze horas e trinta minutos, reuniram-se membros do Conselho Administrativo e fiscal desta cooperativa além de outros associados em Assembleia Extraordinária para tratar do assunto conforme Edital de Convocação: Pelo presente edital, a COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO TRINTA – COOPERTRINTA, nas regras estatutárias, convoca os seus associados a se reunirem em ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada no dia 20 (vinte) de setembro de 2019 (dois mil e dezenove) nas dependências do Câmara Municipal de Vereadores, sito à rua Galdino Nesi nº 04, em primeira convocação com 2/3 (dois terços) de seus associados às 14h00min (quatorze horas) ou em segunda convocação com metade mais um de seus associados presentes às 14h30min (quatorze horas e trinta minutos) ou em terceira convocação com no mínimo 10(dez) associados presentes às 15 h30min(quinze horas e trinta minutos) para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia TROCA DE CARGOS ENTRE OS MEMBROS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO Para efeito de quorum a Coopertrinta conta com 72(setenta e dois associados). Arroio Trinta, 18 (dezoito) de Setembro de 2019(dois mil e dezenove). A convocação foi feita por meio eletrônico. Após a abertura, deu-se início à Assembleia em terceira convocação a qual a atual presidente Iria Romana Giacomini De Bortoli, expôs a necessidade de troca de cargo de sua pessoa com a atual secretária Iracema Correia Sonálio. Os demais cargos permanecem como estão. Portanto o Conselho Administrativo desta Cooperativa fica assim definido: PRESIDENTE: IRACEMA CORREIA SONALIO, brasileira, natural de Arroio trinta, nascida em 06/10/1959 casada em regime Comunhão Universal de Bens, agricultora, portadora da cédula de identidade 789.475, expedida pela SSP/SC CPF 020.140.229-76 residente e domiciliada na linha Gramado, município de Arroio Trinta – SC, CEP 89 590-000. VICE-PRESIDENTE: MARCOS SÔNEGO, brasileiro, natural de Arroio Trinta, Nascido em 06/11/1973, Casado em regime de Comunhão Universal de Bens, agricultor, portador da cédula de identidade 253.282.459-9, expedida pela SSP/SC, CPF 025.211.369-13, residente e domiciliado na Linha Aparecida, município de Arroio Trinta – SC, CEP 89.590-



Mara Estela Piovesan
Advogada
OAB/SC 11441
CPF 485.481.200-10

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certificação Reg. nº 28.11.2019

Ano de criação 2019/5438001 Produção 195481

Nome da empresa COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO TRINTA

Endereço da empresa Rua do Comércio, 476 - Centro, Arroio Trinta, SC

Chancela 221-882521-21

Esta certidão pode ser verificada no site: www.jucec.sc.gov.br

Esta certidão foi emitida em 12/11/2019

8 8

8 8

For a signal for "yes" add d_{yes} to $\log_{10} \text{odds}$ and for a signal for "no" subtract d_{no} from $\log_{10} \text{odds}$.

80 23

AS

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA - COOPERTRINTA, CNPJ Nº 07.591.970/0001-58 E NIRE 42400020712 em 14/11/2006 PARA APROVAÇÃO DA TERCEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA COOPERATIVA. Aos vinte e quatro dias do mês de Maio de dois mil e dezessete, às 20:00 (vinte) horas, reuniram os membros associados com o propósito de participarem da **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA conforme EDITAL DE CONVOCAÇÃO.** Pelo presente edital, a **COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA - COOPERTRINTA**, nas regras estatutárias, convoca os seus associados a se reunirem em **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada no dia 24 (vinte e quatro) de maio de 2017 (dois mil e dezessete) nas dependências do Câmara Municipal de Vereadores de Arroio Trinta, sito à rua Galdino Nesi nº 04, em primeira convocação com 2/3 (dois terços) de seus associados às 20:00 (vinte) horas ou em segunda convocação com metade mais um de seus associados presentes às 21:00 (vinte e uma) horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Apresentação discussão e aprovação de mudança do nome que compõe a razão social da Cooperativa. 2) Atualização do novo endereço da Cooperativa conforme terceira alteração. 3) Apresentação discussão e aprovação da terceira alteração do Estatuto da Cooperativa. Para efeito de quórum, a Coopertrinta conta com 54 (cinquenta e quatro) associados. Arroio Trinta, 10 (dez) de Maio de 2017 (dois mil e dezessete). O presente Edital foi fixado no mural da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, divulgado através da Rádio Tropical FM de Treze Tílias e encaminhado a todos os associados através de circular informativo. O Presidente **LUIZ POSSENTI**, deu as boas-vindas e passou a coordenação dos trabalhos à secretária **IRIA ROMANA GIACOMIN DE BORTOLI** a qual em consonância com as regras estatutárias constatou número e quórum hábil, deu então como aberta a sessão. Prosseguindo, solicitou a leitura do Edital de convocação e em seguida passou ao primeiro assunto em pauta: item 1) Apresentação discussão e aprovação de mudança do nome que compõe a razão social da Cooperativa. Foi exposto que a Razão Social atualmente registrada como: Cooperativa de Artesãos de Arroio Trinta já não condiz com a realidade da cooperativa, uma vez que os artesãos que compunham o quadro social da mesma se retiraram e hoje o quadro social é composto basicamente por agricultores familiares. Diante desta realidade a proposta é que seja mudado o nome para: **COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ARROIO TRINTA**. Sendo que o nome fantasia **COOPERTRINTA** continua o mesmo. Após a explanação foi dado um tempo para discussão e análise da mesma. Posta em votação foi aprovada por unanimidade. Item 2) Apresentação discussão e aprovação do novo Estatuto da Cooperativa. Deu-se início à apresentação do novo Estatuto da Cooperativa, conforme segue:

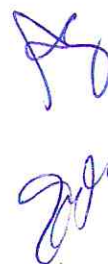
**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE AGRICULTORES
FAMILIARES DE
ARROIO TRINTA - COOPERTRINTA**

CAPÍTULO I

**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO, ÁREA DE
AÇÃO E ANO SOCIAL.**



CONFERE COM ORIGINAL
20 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna



- Art. 1º - A Cooperativa de Agricultores Familiares de Arroio Trinta – Coopertrinta, constituída no dia 19/11/2004 rege-se pelos valores e princípios do Cooperativismo, pelas disposições legais, pelas diretrizes da autogestão e por este estatuto, tendo:
- a) sede administrativa situada na Rua do Comércio nº 476, na cidade de Arroio Trinta, foro jurídico na comarca de Videira, Estado de Santa Catarina.
 - b) área de ação, para fins de admissão de cooperados, abrangendo o âmbito do território nacional.
 - c) prazo de duração indeterminado e ano social compreendido no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 2º - A Coopertrinta tem por objetivos:

- a) promover o desenvolvimento sustentável através da produção agroindustrial e artesanal, no ato de produzir, beneficiar, industrializar e comercializar os produtos, sejam eles oriundos da atividade agrícola, pecuária ou artesanato, dando agregação de valor a produção dos cooperados e acesso ao comércio em rede, incentivando a produção em escala comercial.

Compreendem-se como produtos a serem explorados:

- a.1) produção e comercialização de hortifrutigranjeiros e produtos agrícolas.
 - a.2) industrialização e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, como:
Embutidos, laticínios, doces, conservas, massas, mel e produtos de panificação e confeitaria.
 - a.3) produção e comercialização de trabalhos manuais e artesanato em geral.
 - b) fornecer assistência aos cooperados no que for necessário para melhor executarem o trabalho;
 - c) organizar o trabalho de modo a bem aproveitar a capacidade dos cooperados, distribuindo-os conforme suas aptidões e interesses coletivos;
 - d) realizar, em benefício de cooperados interessados, seguro de vida coletivo e de acidente de trabalho;
 - e) realizar cursos de capacitação cooperativista e profissional para o quadro social.
- Parágrafo único – A Coopertrinta atuará sem discriminação política, racial, religiosa ou social e não visará lucro.

CAPÍTULO III DOS COOPERADOS ADMISSÃO, DEVERES, DIREITOS E RESPONSABILIDADE

Art. 3º - Poderão associar-se à Coopertrinta, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços, os seguintes profissionais: artesãos, hortifrutigranjeiros e agroindustriais, que se dediquem à atividade objeto da entidade, sem prejudicar os interesses e objetivos dela, nem com eles colidir.

Parágrafo único – O número de cooperados não terá limite quanto ao máximo, mas não poderá ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.

Art. 4º - Para associar-se, o interessado preencherá a respectiva proposta fornecida pela Cooperativa, assinando-a com outro cooperado proponente.

CONFERE COM ORIGINAL

20 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna

§ 1º - O interessado, após protocolar a proposta, deverá frequentar, com aproveitamento, um curso básico de cooperativismo, que será ministrado pela Cooperativa, ou será por ela contratado.

§ 2º - Caso o interessado seja cooperado de outra Cooperativa, deverá anexar à proposta de admissão uma carta de apresentação, expedida por aquela.

§ 3º - Concluído o curso, o Conselho de Administração analisará a proposta e deferirá, se for o caso, devendo o candidato subscrever quotas-partes do capital, nos termos deste Estatuto e assinar o livro de matrícula.

§ 4º - A subscrição das quotas-partes do capital social e assinatura no livro complementam a sua admissão na Cooperativa.

Art. 5º - Poderão ingressar na Cooperativa, excepcionalmente, pessoas jurídicas que satisfaçam as condições estabelecidas neste capítulo.

Parágrafo único - A representação da pessoa jurídica junto à Cooperativa se fará por meio de pessoa (s) natural (is) especialmente designada (s), mediante instrumento específico que, nos casos em que houver mais de um representante, identificará os poderes de cada um.

Art. 6º - Cumprido o que dispõe o art. 4º, o cooperado adquire todos os direitos e assume todos os deveres decorrentes da Lei, deste Estatuto e das deliberações tomadas pela Cooperativa.

Art. 7º - São direitos do cooperado:

- a) participar das Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados;
- b) propor ao Conselho Administração, ao Conselho Fiscal ou às Assembleias Gerais medidas de interesse da Cooperativa;
- c) demitir-se da Cooperativa quando lhe convier;
- d) solicitar informações sobre seus débitos e créditos;
- e) solicitar informações sobre as atividades da Cooperativa e, a partir da data de publicação do edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária, consultar os livros e peças do Balanço Geral que devem estar à disposição do cooperado na sede da Cooperativa.

§ 1º - A fim de serem apreciadas pela Assembleia Geral, as propostas dos cooperados, referidas em "b" deste artigo, deverão ser apresentadas ao Conselho Administração com a necessária antecedência e constar do respectivo edital de convocação.

§ 2º - As propostas subscritas por pelo menos 20% (vinte por cento) dos cooperados, serão obrigatoriamente levadas pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral e, não o sendo, poderão ser apresentados diretamente pelos cooperados proponentes.

Art. 8º - São deveres do cooperado:

- a) subscrever e integralizar as quotas-parte do capital nos termos deste Estatuto e contribuir com as taxas de serviço e encargos operacionais que forem estabelecidos;
- b) cumprir com as disposições da lei e do Estatuto, bem como respeitar as resoluções tomadas pelo Conselho de Administração e as deliberações das Assembleias Gerais;
- c) satisfazer pontualmente seus compromissos com a Cooperativa dentre os quais o de participar ativamente da sua vida societária e empresarial;
- d) realizar com a Cooperativa as operações econômicas que constituam sua finalidade;



CONFERE COM ORIGINAL

20 / 07 / 2020

IFCatarinense - Câmpus Luzerna



- e) prestar à Cooperativa informações relacionadas com as atividades que lhe facultaram se associar;
- f) cobrir as perdas do exercício, quando houver, proporcionalmente às operações que realizou com a Cooperativa, se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-las;
- g) levar ao conhecimento do Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal a existência de qualquer irregularidade que atende contra a Lei e o Estatuto;
- h) zelar pelo patrimônio material e moral da Cooperativa.

Art. 9º - O cooperado responde solidariamente pelos compromissos da Cooperativa até o valor do capital por ele subscrito e o montante das perdas que lhe couber.

Art. 10º - As obrigações dos cooperados falecidos, contraídas com a Cooperativa, e as oriundas de sua responsabilidade como cooperado, em face de terceiros, passam aos herdeiros prescrevendo, porém, após um ano do dia da abertura da sucessão.

Parágrafo único - Os herdeiros do cooperado falecido têm direito ao capital integralizado e demais créditos pertencentes ao "de cujus", assegurando-lhes o direito de ingresso na Cooperativa.

DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Art. 11º - A demissão do cooperado dar-se-á a seu pedido, formalmente dirigido ao Conselho de Administração da Cooperativa, e não poderá ser negado.

Art. 12º - A eliminação do cooperado, que será realizada em virtude de infração de Lei ou deste Estatuto, será feita por decisão do Conselho de Administração, depois de reiteradas notificações ao infrator, devendo os motivos que a determinam constar do termo lavrado no livro de matrícula e assinado pelo Presidente.

§ 1º - O Conselho de Administração poderá eliminar o cooperado que:

- a) manter qualquer atividade que conflite com os objetivos sociais da Cooperativa;
- b) deixar de cumprir as obrigações por ele contratadas na Cooperativa;
- c) deixar de realizar, com a Cooperativa, as operações que constituem seu objetivo social;
- d) depois de notificado, voltar a infringir disposições de Lei, deste Estatuto, das Resoluções e Deliberações regularmente tomadas pela Cooperativa.

§ 2º - Cópia autêntica da decisão será remetida ao interessado, por processo que comprove as datas da remessa e do recebimento.

§ 3º - O atingido poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação, interpor recurso, que terá efeito suspensivo até a primeira Assembleia Geral.

Art. 13º - A exclusão do cooperado será feita:

- a) por dissolução da pessoa jurídica;
- b) por morte de pessoa física;
- c) por incapacidade civil não suprida;
- d) por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

Art. 14º - O ato de exclusão do cooperado será efetivado por decisão do Conselho de Administração, mediante ao termo firmado pelo Presidente no documento da matrícula,

CONFERE COM ORIGINAL

20 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna

com os motivos que o determinam e remessa de comunicação ao interessado, no prazo de 30 (trinta) dias, por processo que comprove as datas de remessa e recebimento.

Art. 15º - Em qualquer caso de eliminação, exclusão ou pedido de demissão o cooperado terá direito à restituição do capital que integralizou, das sobras e de outros créditos que lhe tiverem sido registrados, não lhe cabendo nenhum outro direito.

§ 1º - A restituição de que trata este artigo somente poderá ser exigido depois de aprovado, pela Assembleia Geral, o Balanço do exercício em que o cooperado tenha sido desligado da Cooperativa;

§ 2º - O Conselho de Administração da Cooperativa poderá determinar que a restituição desse capital seja em parcelas, a partir do exercício financeiro que se seguir ao em que se deu o desligamento;

§ 3º - No caso de morte do cooperado, a restituição de que trata o parágrafo anterior, será efetuada aos herdeiros legais em uma só parcela, mediante a apresentação do respectivo formal de partilha ou alvará judicial;

§ 4º - Ocorrendo eliminações, exclusões ou pedidos de demissões de cooperados em número tal que as restituições das importâncias referidas neste artigo possam ameaçar a estabilidade econômico-financeira da Cooperativa, esta poderá restitui-las mediante critérios que resguardecem a sua continuidade;

§ 5º - Os deveres dos cooperados perduram, também para delimitados, eliminados e excluídos, até que sejam aprovadas, pela Assembleia Geral, as contas do exercício em que se deu o desligamento;

§ 6º - No caso de readmissão do cooperado, ressalvas as disposições contrárias deste Estatuto, o cooperado integralizara à vista o capital correspondente ao valor retido da Cooperativa por ocasião do seu desligamento.

Art. 17º - Os direitos e deveres de cooperados eliminados ou excluídos perduram até a data da Assembleia Geral que aprovar o balanço de contas do exercício em que ocorreu o desligamento, observando o disposto no art. 28 deste Estatuto.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DO QUADRO SOCIAL

Art. 18º - A Cooperativa definirá, através de um Regimento Interno, a força de organização do seu quadro social.

Parágrafo único - A forma de organização dos cooperados deverá ser discutida pelo Conselho de Administração junto às lideranças do quadro social e definida em Regimento Interno, aprovado em Assembleia Geral.

Art. 19º - Os representantes do quadro social à administração da Cooperativa terão entre outras, as seguintes funções:

- a) servir de elo de ligação entre a administração e o quadro social;
- b) explicar aos cooperados o funcionamento da Cooperativa;
- c) esclarecer os cooperados sobre seus deveres e direitos junto à Cooperativa.

CAPÍTULO V DO CAPITAL

CONFERE COM ORIGINAL

20 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna

Art. 20º - O capital da Cooperativa, representado por quotas partes, não terá limite quanto ao máximo e variará conforme o número de quotas-partes subscritas, mas não poderá ser inferior a R\$ 260.00 reais.

§ 1º - O capital é subdividido em quotas-parte no valor de R\$ 260.00 reais cada uma;

§ 2º - A quota-parte é indivisível, intransferível a não cooperados, não podendo ser negociada de modo algum, nem dada em garantia, e sua subscrição, integralização, transferência ou restituição será sempre escriturada no livro de matrícula;

§ 3º - A transferência de quota-parte, total ou parcial, será escriturada no livro de matrícula mediante termo que contará as assinaturas do cedente, do cessionário e do Presidente da Cooperativa;

§ 4º - O Cooperado deve integralizar a quota-parte à vista, de uma só vez, ou em 5 prestações periódicas, independentemente de chamada, ou por meio de contribuições;

§ 5º - Para efeito de integralização de quotas-parte ou de aumento do capital social, poderá a Cooperativa receber bens, avaliados previamente e após homologação da Assembleia Geral;

§ 6º - Para efeito de admissão de novos cooperados ou novas subscrições, a Assembleia Geral atualizará anualmente, com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes com direito a voto, o valor da quota-parte, consoante proposição do Conselho de Administração, respeitados os índices de desvalorização da moeda publicados por entidade oficial do Governo;

§ 7º - Nos ajustes periódicos de contas com os cooperados, a Cooperativa pode incluir parcelas destinadas à integralização de quotas-parte do capital.

Art. 21º - O número de quotas-parte do capital social a ser subscrito pelo cooperado, por ocasião de sua admissão não poderá ser inferior a (número) quotas-parte ou superior a 1/3 (um terço) do total subscrito.

CAPÍTULO VI DA ASSEMBLEIA GERAL DEFINIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 22º - A Assembleia Geral dos cooperados, Ordinária ou Extraordinária é os órgãos supremos da Cooperativa, cabendo-lhe tomar toda e qualquer decisão de interesse da entidade. Suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 23º - A Assembleia Geral será habitualmente convocada e dirigida pelo Presidente.

§ 1º - Poderá também ser convocado pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivo grave e urgente ou, ainda, após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos cooperados em pleno gozo de seus direitos sociais;

§ 2º - Não poderá votar na Assembleia Geral o cooperado que:

- a) tenha sido admitido após a convocação;
- b) infringir qualquer disposição do Artigo 8º desde Estatuto.

Art. 24º - Em qualquer das hipóteses referidas no Artigo anterior, as Assembleias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, com horário definido para as três convocações sendo de uma hora o intervalo entre elas.

Art. 25º - Não havendo quórum, conforme Artigo 28 deste Estatuto, para instalação da Assembleia Geral, convocada nos termos do Artigo anterior, será feita nova convocação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.



CONFERE COM ORIGINAL

20 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna



Parágrafo único – Se ainda assim não houver quórum para a sua instalação, será admitida a intenção de dissolver a Cooperativa, fato que deverá ser comunicado à Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina – OCESC.

Art. 26º - Dos editais de convocação das Assembleias Gerais deverão constar:

- a) a denominação da Cooperativa e o número de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, seguidas da expressão: Convocação da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, conforme o caso;
- b) o dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o local da sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será o da sede social;
- c) a sequência ordinal das convocações;
- d) a Ordem do Dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
- e) o número de cooperados existentes na data da sua expedição para efeito do cálculo do quórum de instalação;
- f) data e assinatura do responsável pela convocação.

§ 1º - No caso da convocação ser feita por cooperados, o edital será assinado, no mínimo, por 4 (quatro) signatários do documento que a solicitou.

§ 2º - Os editais de convocação serão fixados em locais visíveis das dependências geralmente frequentadas pelos cooperados, publicados em jornal de circulação local ou regional, ou através de outros meios de comunicação.

Art. 27º - É da competência das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias a destituição dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou de outros.

Parágrafo único – Ocorrendo destituição que possam comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da Cooperativa, poderá a Assembleia Geral designar administradores e conselheiros fiscais provisórios, até a posse dos novos cuja eleição se realizará no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 28º - O quórum para instalação das Assembleias Gerais é o seguinte:

- a) 2/3 (dois terços) do número de cooperados em condições de votar, em primeira convocação;
- b) metade mais um dos cooperados, em segunda convocação;
- c) mínimo de 10 (dez) cooperados, em terceira convocação.

§ 1º - Para efeito de verificação do quórum de que trata esse Artigo, o número de cooperados presentes, em cada convocação, será contado por suas assinaturas, seguidas do respectivo número de matrícula, apostas no Livro de Presença.

§ 2º - Constatada a existência de quórum no horário estabelecido no edital de convocação, o Presidente iniciará a Assembleia e, tendo encerrado o Livro de Presença mediante termo que contenha a declaração do número de cooperados presentes, da hora do encerramento e da convocação correspondente, fará transcrever estes dados para a respectiva ata.

Art. 29º - Os trabalhos das Assembleias Gerais serão dirigidos pelo Presidente, auxiliado pelo Secretário da cooperativa, sendo por aqueles convidados os ocupantes de cargos sociais a participar da mesa.

§ 1º - Na ausência do Secretário e de seu substituto, o Presidente convidará outro cooperado para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva ata;

§ 2º - Quando a Assembleia Geral não tiver sido convocada pelo Presidente, os trabalhos serão dirigidos por um cooperado, escolhido na ocasião e, secretariado por

CONFERE COM ORIGINAL

20 / 07 / 2020

IFCatarinense - Câmpus Luzerna

outro convidado por aquele, compondo a mesa dos trabalhos os principais interessados na sua convocação.

Art. 30º - Os ocupantes de cargos sociais, como quaisquer outros cooperados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram direta ou indiretamente, entre os quais prestações de contas, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

Art. 31º - Nas Assembleias Gerais em que forem discutidos os balanços de contas, o Presidente da cooperativa, logo após a leitura do Relatório do Conselho de Administração, as Peças Contábeis e o Parecer do Conselho Fiscal, solicitará ao plenário que indique um cooperado para coordenar os debates e a votação da matéria.

§ 1º - Transmitida a direção dos trabalhos, o Presidente e demais Conselheiros de Administração e Fiscal, deixarão a mesa, permanecendo no recinto, à disposição da Assembleia Geral para os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

§ 2º - O Coordenador indicado escolherá, entre os cooperados, um secretário "ad hoc" para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas as atas pelo Secretário da Assembleia Geral.

Art. 32º - As deliberações das Assembleias Gerais somente poderão versar sobre assuntos constantes do edital de convocação e os que com eles tiverem imediata relação.

§ 1º - Os assuntos que não constarem expressamente do edital de convocação e os que não satisfizerem as limitações deste Artigo, somente poderão ser discutidos depois de esgotada a Ordem do Dia, sendo que sua votação, se a matéria for considerada objeto de decisão, será obrigatoriamente assunto para nova Assembleia Geral.

§ 2º - Para a votação de qualquer assunto na Assembleia deve-se averiguar os votos a favor, depois os votos contra e por fim as abstenções. Caso o número de abstenções seja superior a 50% (cinquenta por cento) dos presentes, o assunto deve ser mais bem esclarecido antes de submete-lo à nova votação ou ser retirado da pauta, quando não é do interesse do quadro social.

Art. 33º - O que ocorrer na Assembleia Geral deverá constar em ata circunstanciada, lavrada no livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos administradores e fiscais presentes e por uma comissão de 10 (dez) cooperados designados pela Assembleia Geral.

Art. 34º - As deliberações nas Assembleias Gerais serão tomadas por maioria dos votos dos cooperados presentes com direito de votar, tendo cada cooperado direito a 1 (um) só voto, qualquer que seja o número de suas quotas-parte.

§ 1º - Em regra, a votação será o descoberto, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto:

§ 2º - Caso o voto seja descoberto, deve-se averiguar os votos a favor, os votos contra e as abstenções.

Art. 35º - Prescreve em 4 (quatro) anos a ação para anular as deliberações da Assembleia Geral viciadas de erro, dolo, fraude, simulação ou tomadas com violação de Lei ou do Estatuto, contado o prazo da data em que a Assembleia Geral tiver sido realizada.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONFERE COM ORIGINAL

20 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna

Art. 36º - A Assembleia Geral Ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 3 (três) primeiros meses após o término do Exercício Social, deliberam sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da Ordem do Dia:

- a) prestação de Contas dos Órgãos de Administração, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: 1. Relatório de Gestão; 2. Balanço Geral; 3. Demonstrativo das sobras apuradas, ou das perdas e Parecer do Conselho Fiscal; 4. Plano de Atividade da cooperativa para o Exercício seguinte;
- b) destinação das sobras apuradas ou o rateio das perdas, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios;
- c) eleição e Posse dos componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de outros, quando for o caso;
- d) fixação dos honorários, gratificações e da cédula de presença para os componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- e) quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no Artigo 38 (trinta e oito) deste Estatuto.

§ 1º - Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não poderão participar da votação das matérias referidas nos itens "a" e "d" deste Artigo;

§ 2º - A aprovação do relatório, balanço e conta dos órgãos de Administração não desoneram seus componentes da responsabilidade por erro, dolo, fraude ou simulação, bem como por infração da Lei ou deste Estatuto.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 37º - A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário, podendo deliberar sobre qualquer assunto de interesse da cooperativa, desde que mencionado no edital de convocação.

Art. 38º - É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- a) reforma do Estatuto;
- b) fusão, incorporação ou desmembramento;
- c) mudança de objetivo da sociedade;
- d) dissolução voluntária e nomeação de liquidantes;
- e) contas do liquidante.

Parágrafo único - É necessário votos de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes para tornar validas as deliberações de que trata este Artigo.

PROCESSO ELEITORAL

Art. 39º - Sempre que for prevista a ocorrência de eleições em Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, com a antecedência, pelo menos, idêntica ao respectivo prazo da convocação, criará um Comitê Especial composto de três membros, todos não candidatos a cargos eletivos na cooperativa, para coordenar os trabalhos em geral, relativos à eleição dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Art. 40º - No exercício de suas funções, compete ao comitê especialmente:

- a) certificar-se dos prazos de vencimentos dos mandatos dos conselheiros em exercício e no número de vagas existentes;



CONFERE COM ORIGINAL

20 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna



- b) divulgar entre os cooperados, através de circulares e/ou outros meios adequados, o número e a natureza das vagas a preencher;
 - c) solicitar aos candidatos a cargo eletivo que apresentem certidão negativa em matéria civil e criminal e de protestos dos cartórios das Comarcas em que tenham residido nos últimos cinco anos, bem como certidão do registro de imóveis que possuam;
 - d) registrar os nomes dos candidatos, pela ordem de inscrição, verificando se estão no gozo de seus direitos sociais e se foi observado o disposto no § 3º do Art. 4º deste Estatuto;
 - e) verificar, por ocasião da inscrição, se existem candidatos sujeitos às incompatibilidades previstas no parágrafo único do Art. 45º e no 1º do Art. 58 deste Estatuto, fazendo com que assinem declaração negativa a respeito;
 - f) organizar fichas contendo o currículo dos candidatos, das quais constem, além da individualização e dos dados profissionais, as suas experiências e práticas cooperativistas, sua atuação e tempo de cooperado na cooperativa e outros elementos que o distingam;
 - g) divulgar o nome e o currículo de cada candidato, inclusive tempo em que está associado à cooperativa, para conhecimento dos cooperados;
 - h) realizar consultas e promover entendimentos para a composição de chapas ou unificação de candidaturas, se for o caso;
 - i) estudar as impugnações, previa ou posteriormente formulada por cooperados no gozo de seus direitos sociais, bem como as denúncias de irregularidades nas eleições, encaminhando suas conclusões ao Conselho de Administração, para que ele torne as providências legais;
- § 1º - O Comitê fixará prazo para a inscrição de candidatos de modo que possam ser conhecidos e divulgados os nomes 5 (cinco) dias antes da data da Assembleia Geral que vai proceder às eleições;
- § 2º - Não se apresentando candidatos ou sendo o seu número insuficiente, caberá ao Comitê proceder à seleção entre interessados que atendas às condições exigidas e que concordem com as normas e formalidades aqui previstas.

Art. 41º - O Presidente da Assembleia Geral suspenderá o trabalho desta para que o Coordenador do Comitê dirija o processo das eleições e a proclamação dos eleitos.

§ 1º - O transcurso das eleições e os nomes dos eleitores constarão na Ata da Assembleia Geral;

§ 2º - Os eleitos para suprirem vacância nos Conselhos de Administração ou Fiscal exercerão os cargos somente até o final do mandato dos respectivos antecessores;

§ 3º - A posse ocorrerá sempre na Assembleia Geral em que se realizem as eleições, depois de encerrada a Ordem do Dia.

Art. 42º - Não se efetivando na épocas devidas à eleição de sucessores, por motivo de força maior, os prazos dos mandatos dos administradores e fiscais em exercício consideram-se automaticamente prorrogados pelo tempo necessário até que se efetive a sucessão, nunca além de 90 (noventa) dias.

Art. 43º - São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados à pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita suborno, concussão, peculato ou contra a economia de popular, a fé pública ou a propriedade.



CONFERE COM ORIGINAL

20 / 07 / 2020

IFCatarinense - Câmpus Luzerna



Parágrafo único - fica impedido de fazer parte dos conselhos mencionados neste Estatuto o cooperado que exercer função pública em cargo comissionado em qualquer esfera administrativa, quer municipal, estadual e federal ou ainda exercer mandato eletivo das mesmas esferas públicas.

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 44º - O Conselho de Administração é o órgão superior na hierarquia administrativa, sendo de sua competência privativa e exclusiva responsabilidade a decisão sobre todo e qualquer assunto de ordem econômica ou social, de interesse da cooperativa ou de seus cooperados nos termos da Lei, deste Estatuto e de recomendações da Assembleia Geral.

Art. 45º - O Conselho de Administração será composto por seis membros, todos cooperados de seus direitos sociais, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de dois anos, sendo obrigatória, ao término de cada mandato, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus componentes.

Parágrafo único - Não pode fazer parte do Conselho de Administração, além dos inelegíveis enumerados nos casos referidos no Art. 43º deste Estatuto, os parentes entre si até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, nem os que tenham exercido, nos últimos seis meses, cargo público eletivo.

Art. 46º - Os membros do Conselho de Administração escolherão entre si, no ato de sua posse, aqueles que exercerão as funções de Presidentes, Vice-Presidente, Secretário e 3 (três) Conselheiros cujos poderes e atribuições se definem neste Estatuto.

§ 1º - A permanência no exercício das funções a que se refere este Artigo termina por motivo de recomposição do Conselho de Administração ou por renúncia, admitida sempre a recondução:

§ 2º - Nos impedimentos por prazos inferiores a 90 (noventa) dias, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente;

§ 3º - Nos impedimentos por prazos inferiores a 90 (noventa) dias, o Vice-Presidente assumirá a presidência, convocando Assembleia Geral Extraordinária para preencher o cargo da Presidência e outros que estiverem vagos;

§ 4º - O Vice-Presidente e o Secretário serão substituídos por Conselheiros;

§ 5º - Se o número de membros do Conselho de Administração ficar reduzido a menos da metade de seus membros deverá ser convocada Assembleia Geral para o preenchimento das vagas.

Art. 47º - O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

- a) reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, da maioria do próprio Conselho, ou, ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;
- b) delibera validamente com a presença da maioria dos seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas pela maioria simples de votos dos presentes, reservado ao Presidente o voto de desempate;
- c) as deliberações serão consignadas em Atas circunstanciadas lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas no fim dos trabalhos pelos membros do Conselho presentes.



CONFERE COM ORIGINAL

20 / 07 / 2020

IFCatarinense - Câmpus Luzerna



Parágrafo único – Perderá automaticamente o cargo o membro do Conselho de Administração que, sem justificativa, faltar a 3 (três), reuniões ordinárias consecutivas ou a 5 (cinco), reuniões durante o ano.

Art. 48º - Cabem ao Conselho de Administração, dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, as seguintes atribuições:

- a) propor Assembleia Geral as políticas e metas para orientação geral das atividades da cooperativa, apresentando programas de trabalho e orçamento, além de sugerir as medidas a serem tomadas;
- b) avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- c) estimar previamente a rentabilidade das operações e serviços bem com a sua viabilidade;
- d) estabelecer as normas para funcionamento da cooperativa;
- e) elaborar, juntamente com lideranças do quadro social, propostas de Regimento Interno para organização de quadro social;
- f) estabelecer sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra disposições de Lei, deste Estatuto, ou das regras de relacionamento com a entidade que venha a ser estabelecida;
- g) deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação e exclusão de cooperados e suas implicações, bem como sobre a aplicação ou elevação de multas;
- h) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral e estabelecer sua Ordem do Dia considerando as propostas dos cooperados nos termos dos parágrafos 1º e 2º do Art. 7º;
- i) estabelecer a estrutura operacional da Administração Executivas do negócios, criando cargos e atribuindo funções, reservando a si a contratação de servidores graduados e fixando normas para a admissão e demissão dos demais empregados;
- j) fixar as normas disciplinares;
- k) julgar os recursos formulados pelos empregados contra decisões disciplinares;
- l) avaliar a conveniência e fixar limites de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulam dinheiro ou valores da cooperativa;
- m) fixar as despesas de administração em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para sua cobertura;
- n) contratar, quando se fizer necessário, um serviço independente de auditoria, conforme disposto no Art. 112º da Lei número 5.764, de 16.12.1974;
- o) indicar banco ou bancos nos quais serão feitos negócios e depósitos de numerário e fixar limite máximo que poderá ser mantido no caixa da cooperativa;
- p) estabelecer as normas de controle das operações e serviços, verificando mensalmente, no mínimo, o estado econômico-financeiro da cooperativa e o desenvolvimento das operações e serviços, através de balancetes e demonstrativos específicos;
- q) adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da sociedade, com expressa autorização da Assembleia Geral;
- r) contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens moveis, ceder direitos e constituir mandatários;
- s) fixar anualmente taxas destinadas a cobrir depreciação ou desgaste dos valores que compõe o ativo permanente da entidade;
- t) zelar pelo cumprimento da legislação do Cooperativismo e outras aplicáveis, bem como pelo atendimento da legislação trabalhista e fiscal.

CONFERE COM ORIGINAL

20 / 07 / 2020

IFCatarinense - Câmpus Luzerna

§ 1º - O Presidente providenciará para que os demais membros do Conselho de Administração recebam, com a antecedência mínima de 3 (três) dias, cópias dos balancetes e demonstrativos, planos e projetos e outros documentos sobre os quais tenham que pronunciar-se, sendo-lhes facultado, ainda anteriormente à reunião correspondente, inquirir empregados ou cooperados, pesquisar documentos, a fim de dirimir as dúvidas eventualmente existentes;

§ 2º - O Conselho de Administração solicitará, sempre que julgar conveniente, o assessoramento de quaisquer funcionários graduados para auxiliá-lo no esclarecimento dos assuntos a decidir, podendo determinar que qualquer deles apresente, previamente, projetos sobre questões específicas;

§ 3º - As normas estabelecidas pelo Conselho de Administração serão baixadas em forma de Resoluções, Regulamentos ou Instruções que, em seu conjunto, constituirão o Regimento Interno da cooperativa.

Art. 49º - Ao Presidente competem, entre outros, os seguintes poderes e atribuições:

- a) dirigir e supervisionar todas as atividades da cooperativa;
- b) baixar os atos de execução das decisões do Conselho de Administração;
- c) assinar, juntamente com o Secretário, ou outro Conselheiro designado pelo Conselho de Administração, contratos e demais documentos constituídos de obrigações;
- d) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, bem como as Assembleias Gerais dos cooperados;
- e) apresentar à Assembleia Geral Ordinária:
 1. Relatório da Gestão;
 2. Balanço Geral;
 3. Demonstrativo das Sobras apuradas ou das Perdas verificadas no exercício e o Parecer do Conselho Fiscal.
- f) representar ativa e passivamente a cooperativa, em juízo e fora dele;
- g) representar os cooperados, como solidário com os financiamentos efetuados por intermédio da cooperativa, realizados nas limitações da Lei e deste Estatuto;
- h) elaborar o plano anual de atividades da cooperativa;
- i) verificar periodicamente o saldo de caixa;
- j) assinar os cheques bancários junto com o Secretário;

Art. 50º - Ao Vice-Presidente compete interessar-se permanentemente pelo trabalho do Presidente, substituindo-o em seus impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias.

Art. 51º - Ao Secretário compete, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) secretariar os trabalhos e orientar a lavratura das Atas das reuniões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, responsabilizando-se pela guarda de livros, documentos e arquivos pertinentes;
- b) assinar, juntamente com o Presidente, contrato e demais documentos constitutivos de obrigações, bem como cheques bancários.

Art. 52º - Os administradores, eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da cooperativa, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de desídia e omissão ou se agirem com culpa ou dolo.

§ 1º - A cooperativa responderá pelos atos a que se refere este Artigo, se os houver ratificado ou deles logrado proveito:



CONFERE COM ORIGINAL

20 / 07 / 2020

IFCatarinense - Câmpus Luzerna



§ 2º - Os que participarem de ato ou operação social em que se oculte à natureza da sociedade, podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

§ 3º - O membro do Conselho de Administração que, em qualquer momento referente a essa operação, tiver interesse oposto ao da cooperativa, não poderá participar das deliberações com essa operação, cumprindo-lhe declarar seu impedimento;

§ 4º - Os componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou outros, assim como liquidantes equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal;

§ 5º - Sem prejuízo da ação que possa caber a qualquer cooperado, a cooperativa, por seus dirigentes, ou representada por cooperados escolhidos em Assembleia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover a sua responsabilidade;

§ 6º - Retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente as operações realizadas pelo associado, salvo de deliberação em contrário da Assembleia Geral.

Art. 53º - Poderá o Conselho de Administração criar comitês especiais, transitórios ou não, para estudar, planejar e coordenar a solução de questões específicas, relativa ao funcionamento da cooperativa.

Parágrafo único - O Conselho de Administração exercerá o mandato de três anos.

ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA

Art. 54º - As funções da Administração Executiva dos negócios sociais poderão ser exercidas por técnicos contratados, segunda a estrutura que for estabelecida pelo Conselho de Administração, consoante o disposto na alínea "i" do Art. 48º deste Estatuto.

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO FISCAL

Art. 55º - Os negócios e atividades da cooperativa serão fiscalizados assídua e minuciosamente por um Conselho Fiscal constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos cooperados, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição de apenas 1/3 (um terço) dos seus componentes.

§ 1º - Não poderão fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis enumerados no Art. 43º deste Estatuto, os parentes dos Conselheiros de Administração até 2º grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.


§ 2º - Os cooperados não podem exercer cumulativamente cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal.

Art. 56º - O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação de 3 (três) dos seus membros.

§ 1º - Em sua primeira reunião, os conselheiros escolherão, entre si, um Secretario para a lavratura de Atas e um coordenador, este incumbido de convocar e dirigir as reuniões;

§ 2º - As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas, ainda, por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho Administrativo ou da Assembleia Geral;

§ 3º - Na ausência do Coordenador será escolhido um substituto, na ocasião, para dirigir os trabalhos;



CONFERE COM ORIGINAL

20 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna



§ 4º - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de Ata, lavrada em Livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos de cada reunião, pelos 3 (três) conselheiros presentes.

Art. 57º - Ocorrendo 3 (três) ou mais vagas no Conselho Fiscal, o Conselho de Administração determinará a convocação da Assembleia Geral para eleger substitutos.

Art. 58º - Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da cooperativa, examinando livros, contas e documentos, cabendo-lhe entre outras, as seguintes atribuições:

- a) conferir, mensalmente, o saldo do numerário existente em caixa, verificando, inclusive, se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- b) verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da cooperativa;
- c) examinar se o montante das despesas e inversões realizadas estão de conformidade com os planos e decisões de Conselho de Administração;
- d) verificar se as operações realizadas e serviços prestados correspondem em volume, qualidade e valor às conveniências econômico-financeiras da cooperativa;
- e) certificar-se se o Conselho de Administração;
- f) averiguar se existe reclamações dos cooperados quanto aos serviços prestados;
- g) inteirar-se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os componentes sociais são atendidos com pontualidade;
- h) averiguar se há problemas com empregados;
- i) certificar-se há existência ou deveres a cumprir junto a autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas e quanto aos órgãos do Cooperativismo;
- j) averiguar-se se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância das regras próprias;
- k) examinar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho de Administração, emitindo parecer sobre estes para a Assembleia Geral;
- l) dar conhecimento ao Conselho Administrativo das conclusões dos seus trabalhos, denunciando a este, à Assembleia Geral e à (sigla da OCE), as irregularidades constatadas e convocar Assembleia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes;
- m) convocar Assembleia Geral, quando houver motivos graves e o Conselho de Administração se negar a convocá-los, consoante Art. 21º, § 1º, deste Estatuto;
- n) conduzir o processo eleitoral, coordenando os trabalhos de eleição, proclamação e posse dos eleitos, fiscalizando também o cumprimento do Estatuto, Regimento Interno, Resoluções, decisões da Assembleia Geral e do Conselho Deliberativo, observando o que consta nos Artigos 37º e 38º deste Estatuto.

Art. 59º - Para o desempenho de suas funções, terá o Conselho Fiscal acesso a quaisquer livros, contas e documentos, a empregados, a cooperados e outros, independente de autorização prévia do Conselho de Administração sem que, contudo, lhe caiba o direito de interferir no cumprimento das determinações deste órgão.

Parágrafo único - Poderá o Conselho Fiscal ainda, com anuência do Conselho de Administração, contratar os necessários assessoramentos técnicos especializados, correndo as despesas por conta da cooperativa.

CONFERE COM ORIGINAL

20 / 07 / 2020
IFCatarinense - Câmpus Luzerna